

A MORAL NO SISTEMA CARTESIANO

Daniel da Silva Miranda¹

RESUMO:

O foco central deste texto concentra-se em esboçar, de maneira crítica e sintética, alguns elementos lítero-filosóficos que corroboram para constituir o conhecimento moral no sistema de pensamento da obra de Descartes, especialmente nas “*Meditações e Discurso do Método*”. Buscando ainda, entender alguns conceitos que norteiam a noção de conhecimento “*claro e distinto*” do ser humano a partir do raciocínio investigativo de Descartes, sobretudo, naquilo que tange a total eliminação de erros lógicos na construção de premissas verdadeiras. Para isso, é necessária uma breve revisão de subsídios, suplementos literários a fim de compor substancialmente o corpus desta breve discussão teórica.

Palavras-chave: Descartes. Moral. Conhecimento.

Abstract:

The central focus of this essay concentrate on a critical and synthetic sketch, so some literary-philosophical element that proves to be the moral knowledge in system thinking of the work of Descartes, especially in the "Discourse on Method and Meditations". Seeking further understand some concepts that guide the notion of "clear and distinct" knowledge of the human being from the investigative thinking of Descartes, mainly in what regards the total elimination of logical errors in building true premises. For this, is required a brief review of subsidies, literary supplements in order to substantially comprise the corpus of this theoretical discussion.

Key-words: Descartes. Moral. Knowledge.

Introdução

O cerne do pensamento teórico cartesiano é conhecido do público leitor por ser o espaço da total negação de erros. Com essa afirmação pretende-se desenvolver uma breve expansão teórica do que configura a moral no sistema filosófico de Descartes e verificar com bastante cautela como está exposta tal moral no programa de conhecimento cartesiano.

Descartes na sua obra faz um esforço quase sobre-humano para tentar provar a verdade de cada premissa a partir da busca exaustiva, ofegante para tornar as contingências, ou seja, aquilo que é amplamente duvidoso, que se encontra irrespondível em premissas verdadeiras. Sobretudo, no que tange o fator (moral) não

¹ Aluno do curso de Letras Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este artigo foi apresentado como trabalho final para a disciplina "Filosofia e ciência da literatura". E-mail: dasilvmiranda@yahoo.com.br.

alcançado totalmente pelo poder da entelégua humana, a qual é perfeita nas suas apreciações e decisões, quando amparadas por juízos categóricos inteligíveis, estaria o filósofo Descartes tentando animar e simplificar o absurdo inimaginável, exposto na mente de cada um?

Certamente não, jamais ousaria ser chamado de “pensador” ou “estudioso” o sujeito que tomaria a base do conhecimento técnico-teórico como sua experiência primeira, fonte inicial de suas pesquisas, um chão totalmente insólito usado apenas como instrumento de análise, o gênio pensador. Neste caso Descartes, sabe-se que o verdadeiro conhecimento é sempre mais complexo do que a experiência primeira, o olhar inicial, que, por sua vez, lhe proporciona o contato por "vias de fato" com o “objeto” do conhecimento, mas não visa solucionar logo de imediato, porque, uma vez sanado o problema nas primeiras tentativas, a pesquisa científica se resumiria a um mero jogo de “esconde-esconde”, isto é, o não conhecido sugeriria e o pesquisador desvelaria, o que seria algo totalmente sem coerência histórica.

1 Conhecimento resultado da ciência

Para embasar uma união entre *sabedoria* e *ciência* encontra-se na terceira parte do *Discurso do Método* de Descartes um breve arcabouço do que seja moral, apesar do autor deixar claro que não gosta de escrever sobre moral, apenas o faz para sistematizar certas regras que precisa seguir. Observe com atenção o que diz Descartes sobre o assunto, atentando-se ainda para o fato de que este diálogo cartesiano é um dos alicerces mais circunspectos dessa explanação argumentativa:

“Assim, a fim de não permanecer irresoluto em minhas ações, enquanto a razão me obrigasse a sê-lo, em meus juízos, e de não deixar de viver desde então o mais felizmente possível, formei para mim mesmo uma moral provisória, que consiste apenas em três ou quatro máximas que eu quero vos participar.

A primeira era obedecer às leis e aos costumes de meu país, retendo constantemente a religião em que Deus me concedeu a graça de ser instruído desde a infância, e governando-me,

em tudo o mais, segundo as opiniões mais moderadas e as mais distanciadas do excesso [...]

Minha segunda máxima consistia em ser o mais firme e o mais resoluto possível em minhas ações [...]

Minha terceira máxima era a de procurar sempre antes vencer a mim próprio do que a fortuna, e de antes modificar os meus desejos do que a ordem do mundo [...]" (DESCARTES, 1973: 41- 42).

Pode-se alegar que a moral para Descartes é científica, pois isso não seria nenhum infortúnio porque, assim como a ciência é ofertada por ele como atividade técnica progressiva, a moral tem esse perfil:

“O contexto mostra que ele não pensava numa ciência completa ou definitiva, mas num avanço normal dos conhecimentos, feito aos poucos pela contribuição das gerações”. (TEIXEIRA, 1990: 106).

Descartes, ao se referir à moral, acredita que ela se estabelece quando o sujeito pensa o mais correto possível, executa suas ações embasadas na virtude e, esforça-se para agir bem e com sabedoria. Descartes é um homem de seu tempo, estudioso e conhecedor da sua cultura e bem sabe que não seria prudente ao entusiasta (nesta época, século XVII) negar, totalmente, a experiência histórica altamente centralizada pelo poder eclesial.

2 A moral é histórica

Merleau-Ponty (1971), em alguns estudos seus, como *O visível e o invisível*, obra inacabada e escrita em 1961, afirma que é possível perceber um fundo da moral, sobretudo no que alude a relação histórica de costume cultural, servindo-se de argumentos distintos que alicerçam suas linhas de raciocínio. Posto isso, pode-se dividi-las em duas: o *cartesianismo* e o *pascalismo*. Para tanto, ele se apóia de modo mais eficaz em certos textos de Guérault argumentando que seria possível construir uma

“ligação interna” entre o pensamento e o ser, pois estes pressupostos “alma e corpo” possuiriam essências únicas.

Lívio Teixeira não teve acesso às publicações de Merleau-Ponty realizadas sobre Descartes tendo em vista a questão da “alma e do corpo”, que só chegaram a ser publicadas em 1968, aproximadamente quinze anos após a redação do *Ensaio Sobre a Moral de Descartes*. Veja que o “fundo moral”, herdado da obra de Descartes, tende a acompanhar os estudos dos neorracionalistas ou fenomenólogos, mas é tudo exposto de maneira muito sutil, já que quase nenhum dos críticos do sistema cartesiano quer assumir a responsabilidade científica no que alude a afirmar a relação tortuosa que Descartes manteve em seu repertório para produzir seu juízo moral. Tais arguidores da obra cartesiana ainda se situam em suspenso no que diz respeito a entoar argumentos inabaláveis quando o assunto em questão é moral cartesiana porque sabem que podem ser estigmatizados ao violar a tradição ou suprir seu EGO de dogmatismo pueril.

Observa-se o que diz Lívio Teixeira em sua tese em relação a este assunto:

“Quase na época das aulas de Merleau-Ponty, as inquietações do filósofo francês. Guiado pela questão da moral cartesiana, que nos desloca, desde o início, da esfera fundamental da PRIMA PHILOSOPHIA... Lívio Teixeira declara ainda que “essas confusas mostram ainda que a ALMA e o CORPO estão, não simplesmente justapostas, como um piloto em seu navio, mas estão fundidos, substancialmente unidos, constituindo um misto psicofisiológico”. (1990: 9).

É inegável que a cultura moderna se apresenta na sua organicidade por uma constituinte leiga, porém isto não afasta totalmente o fato de que a autoridade da Igreja e o forte doutrinário da ciência exercem autocontrole coercitivamente em relação à opinião de pequena parcela do povo letrado, já que a grande maioria da população não tinha nesta época acesso livre à informação. Assim, o sujeito não letrado tinha seu parecer crítico muito limitado, pois não havia condições educacionais suficientes para que as pessoas pudessem mensurar com a devida atenção a real situação em que se

encontravam, por isso se constata nas ideias de Descartes resquícios bem marcados da Patrística Agostiniana, ou, porque não dizer, certo dogmatismo às avessas ilhado na estrutura do seu racionalismo ateu, que tem por missão libertar o sujeito ao fazê-lo pensar por si. Obviamente, Descartes não rompe de forma total com a tradição histórica cristã, apenas aponta possíveis singularidades as quais indica para a ação do indivíduo no grupo social, tentando provar que “ninguém é mau voluntariamente e quem comete um erro moral comete antes um erro intelectual. Por isso o caminho do progresso moral é o caminho do desenvolvimento da inteligência” (TEIXEIRA, 1990: 15).

É válido ater-se nas duas instâncias de investigação criteriosas que se interpõem no processo do entendimento cartesiano: de um lado o historicismo dogmático, representado pela autoridade da Igreja; e do outro o sujeito autônomo, livre com sua consciência, o que está fortemente interligado no texto da *República* de Platão, conforme bem lembra Lívio Teixeira:

“O pensamento moral de Platão se liga estreitamente aos processos da sua dialética, isto é, ao método de aperfeiçoamento intelectual, condição da República ideal, em que cada homem encontraria também, individualmente, sua própria felicidade” (TEIXEIRA, 1990: 15).

É interessante notar também que o pensamento de Descartes é o preâmbulo e a reflexão de uma ciência, algo que não estava caracterizado nas ideias platônicas porque nas proposições da obra de Platão não há separação entre filosofia e ciência, uma vez que a ciência estudada como campo empírico de investigação não existe ainda, ou seja, a ampla confiança na ciência está contida na verdade do próprio “cogito” cartesiano no momento em que Descartes anuncia: “penso logo sou”, um dos pilares de sua filosofia, auxiliada pela “moral provisória” que tem a preocupação bem mais destacada de justificar seu método, pois o “eu penso” é contextualmente histórico. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais Descartes não pode negar a historicidade, pois suas deliberações mais moderadas e convincentes estão fortemente arraigadas na sapiência histórica.

3 Descartes não nega a tradição

Descartes narra a história do seu pensamento quando, na primeira parte do *Discurso do Método*, escreve: “fui nutrido das letras desde a infância” (1973, p. 30). Desse modo, ocorre na sua obra toda em geral; Descartes faz questão de demonstrar que seu “*eu histórico*” anima, significativamente, seus escritos. Apesar disso, nem sempre ele universaliza a primeira pessoa do discurso, caso notório enunciado na sua obra *Meditações*, porém tanto a sua filosofia, quanto a sua condição moral, dependem expressamente do seu eu, o seu “*EGO*”.

Ferdinand Alquié, um dos mais renomados estudiosos de Descartes, chama a atenção do leitor para o fato de que “o eu penso das *Meditações* é, na realidade, a história de Descartes elevada à essência” (1973: 63). Quando Alquié menciona a palavra “essência” na filosofia cartesiana, ele pretende sublinhar a importância do apelo temporal que Descartes faz aos filósofos, especialmente, na obra *Meditações*, na qual lhes pede “tempo” para compreender o que realmente é o “tempo” dedicado que cada leitura exige para que deste modo a dúvida deva ser “gritada”, e os mais variados tipos de erros tanto vitais, quanto intelectuais finalmente possam ser retificados, corroborando, assim, a ideia de que Descartes se aproxima de dizer que a moral tem por obrigação guiar as nossas paixões e direcionar os nossos desejos amparados pela liberdade, pelo conhecimento e pela virtude.

A moral provisória adjunta ao sistema filosófico cartesiano, segundo destaque de Lívio Teixeira, é composta por “inteligência e vontade”, que são prerrogativas que condicionam a possibilidade para atingir uma suposta compreensão, um entendimento que se busca em determinada obra. Isso inicialmente é bem complexo porque parece que o leitor precisa carregar consigo uma ideia prévia do que seja entendimento. Nesse sentido, será, portanto, necessário definir leitura junto a uma obra literária, haja vista uma preocupação imediata na literatura, nosso campo de estudos. Observa-se o que diz Alquié (1973:17) em relação ao processo do entendimento: “muitos visitantes de museus criticam um quadro por não reproduzir fielmente o real da percepção comum: se não compreendem os quadros, é porque não sabem o que é a pintura, e a confundem com a fotografia”.

Diante de cada situação de aprendizagem é possível realizar um paralelo acompanhado da moral provisória cartesiana, já que cada cidadão “livre” visa responder

suas dúvidas pessoais ou os apelos do mundo sem a interferência de fatores manipuladores, que são as diversas situações em que a sociedade hedonista Moderna lhe reserva e lhe pede. Exemplos disso são os avanços científicos, a responsabilidade humana no tocante aos fenômenos ocorridos no mundo físico, pois o homem interage mais próximo da natureza e percebe que é possível a manipulação cada vez mais. Por isso, diferenças são vistas, tanto de opiniões quanto de atividades práticas, e desencadeiam as articulações no mundo científico, o que pode ser designado ou denominado pelo nome de “análise”, que é realizada exatamente nessas entrelinhas e que surge a *posteriori* dos resultados, rompimentos ou crises.

Logo, de acordo com o que diz o historiador alemão Koseller (1990), só é possível haver “crise”, sobretudo na literatura que é nosso *manancial* de estudos, se existir antes um diálogo pormenorizado entre a literatura e as investigações, descobertas da ciência, nas quais ambas (literatura e ciência) se interseccionam na medida em que, no consenso de Descartes, “a ciência não é coisa da memória, mas uma conquista da razão, com a qual, unicamente, poderia chegar a distinguir o verdadeiro do falso” (TEIXEIRA, 1990: 101).

4 A Matéria que compõe a moral provisória

Junto ao sistema filosófico cartesiano está a chamada *moral provisória* ou *temporária*, que está sem dúvidas imbuída pela influência estoíca, manifestada em absoluta confiança creditada na *razão*, no desprezo pelo desejo emocional, na busca contínua pela virtude. Também se observam marcas do epicurismo estabelecidas na vida dos indivíduos, a busca pelo prazer intelectual e o controle de si em relação àquilo que por ventura possa desvirtuar a inteligência humana. É possível que o selo do cristianismo ficasse entalhado com mais intensidade na moral do sistema filosófico cartesiano, isto porquê a formação educacional teórica de Descartes foi edificada no seio da Igreja na escola *La Flèche* dos Jesuítas. A moral cristã não se funda somente em costumes, pois ela crê na revelação de Deus na Pessoa de Cristo, no perdão, na cura individual, na promoção abundante da vida humana e nos ensinamentos de Jesus Cristo, princípios que Descartes acolhe na sua moral.

Na concessão das três bases morais citadas anteriormente (epicurismo, cristianismo e estoicismo) afirmam-se, na ótica de Descartes, na universalização da

razão no sentido de pensar e articular hipóteses para o bom funcionamento dos juízos, bem como a ideia de Deus e o funcionamento de um princípio moral. Nisso, o único pensamento que não pode nascer do sujeito é a “ideia de Deus”, porque o sujeito é finito, limitado e não possui a sapiência necessária para compreender todas as coisas, dentre elas, inclui-se aqui, a sua própria natureza, pois isso se evidencia de maneira mais límpida quando o indivíduo é capaz de pensar algo mais perfeito do que a si próprio ou pode pensar algo totalmente desprovido de perfeição, na medida em que o erro já prova que o ser humano é suscetível a falhas, algo que jamais ocorre com Deus, porque, sendo infinito, ele é totalmente sábio a ponto de não pensar o erro por não haver algo superior a Ele, razão suficiente para Descartes atestar a sua grandiosidade diante da criatura humana.

Pela via que Descartes percorre para dar condição e provar a existência de Deus, é possível perceber o quanto tal raciocínio se difere da escolástica medieval. Enquanto São Tomás de Aquino refere-se ao princípio criador como obra de Deus, Descartes, ao inverso, argumenta que para crer no mundo exterior é preciso conhecer Deus, e isso é possível, segundo ele, a partir da descoberta da ideia que temos de Deus e das demais coisas que se conhece ou que provoquem espanto. Esse “conhecer” além das aparências que Descartes refere-se, mesmo que indiretamente, a uma decisão mais sofisticada, ou seja, às ideias *claras e distintas*, conforme se observa no seguinte fragmento retirado do *Sermão da Sexagésima*, de Padre Antônio Vieira:

“Não nego nem quero dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses hão-de nascer todos da mesma matéria e continuar e acabar nela. Quereis ver tudo isto com os olhos? Ora vede. Uma árvore tem raízes, tem tronco, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem flores, tem frutos. Assim há-de ser o sermão: há-de ter raízes fortes e sólidas, porque há-de ser fundado no Evangelho; há-de ter um tronco, porque há-de ter um só assunto e tratar uma só matéria; deste tronco hão-de nascer diversos ramos, que são diversos discursos, mas nascidos da mesma matéria e continuados nela; estes ramos hão-de ser secos, senão

cobertos de folhas, porque os discursos hão-de ser vestidos e ornados de palavras.” (1998: 86).

É evidente que, pela disposição das palavras e constituição das sentenças no Sermão de Vieira, o acabamento de suas ideias assemelha-se à construção textual que Descartes emprega na sua obra.

Alquié salienta o seguinte:

“Vemos assim que Descartes não foi apenas o filósofo das ideias claras e do método. Refletindo sobre o homem concreto e a liberdade, ele julga poder reencontrar uma sabedoria num tempo em que o universo medieval acaba de ser subvertido. Melhor que ninguém, ele dá todo relevo à situação do homem moderno num mundo dominado pela ciência e pela técnica. Esta ciência, esta técnica, subordina-as ele ao insubstituível e supremo valor da liberdade.” (1987: 48).

Os componentes que conceituam a moral provisória cartesiana esboçam seu devido objetivo de modo a marcar emblematicamente o costume social que está elencado no chão da vida, “pois a moral dirige-se ao homem concreto, ao homem feito de desejos e de paixões, ao homem que deseja a felicidade” (ALQUIÉ, 1987: 46). E uma de suas missões é fundamentar a ciência e não criticar as instituições, manter uma distância proposital da prática da vida. No entanto, o processo moral traria, conforme Descartes registra, a plena felicidade.

Isso não significa em nenhum momento que o sujeito seja eximido da sua ação de cidadão no mundo, muito pelo contrário, pois esse olhar mais artiloso que a filosofia de Descartes proporciona faz com que o indivíduo aja com maior legitimidade e argumente com consistência junto aos órgãos públicos que mantêm o poder constituído, já que, apesar do Estado possuir mais ambivalência política, ele não consegue controlar a opinião pública do povo em geral e, em especial, a de alguns estudiosos que ainda se permitem não se ludibriarem e, assim, captam mais informações, para além da grande mídia.

5 Os vestígios deixados pela moral cartesiana

Descartes recomenda, na moral provisória, que as pessoas se pautem nas decisões já efetuadas, mesmo que as razões a princípio sejam inverídicas ou não totalmente confiáveis, verossímeis, isso porque o sujeito deve respeitar os exemplos bem sucedidos e precisa visar o todo das situações, como a “família, negócios, Estado”, com coerência, usufruindo de um sistema orgânico, totalizado.

A *Moral* provisória de Descartes vem ratificar as certezas históricas, já que esta, posto, mesmo potencialmente, observando a tradição da moral cartesiana, é vista e não se pode aguardar uma moral definitiva porque existe uma realidade independente de nós, como as outras pessoas, a fome, a terra, o fogo, as secas, as enxurradas, etc. As “certezas históricas” referidas acima não são totalmente manobradas pelo ser humano, pois este é finito e não é criador de nada, na medida em que ele apenas transforma a natureza.

Quando se investiga mais a fundo a razão da moral no sistema filosófico cartesiano, vem a pergunta: será que existe o mundo exterior? Caso responda-se sim, precisa-se, inevitavelmente, responder também à questão que envolve o sujeito interrogante.

Contudo, Lívio Teixeira, nos seus escritos, salienta que Descartes não desenvolveu claramente, no seu “projeto moral”, a pergunta pelo “eu pensante”. Certamente Descartes pontua algumas palavras na sua metafísica, a qual não se trabalhará, nestes escritos, pois o que realmente chama a atenção é o propósito moral de Descartes. Pensando nisso, o crítico cartesiano Lívio Teixeira destaca, ainda, o leitor para a impossibilidade de arquitetar uma ideia *clara e distinta* no todo do sistema filosófico cartesiano, que transita, e contém no seu estopim, pelos constituintes da metafísica racionalista seiscentista. Uma vez que para Descartes a filosofia é o estudo da sabedoria, que não significa apenas prudência nos negócios, mas conhecimentos do todo e que pode ser até sustentado por base moral, não se pode deliberar com certeza em relação a esses dados porque Descartes não chegou a elaborar teorias sobre avanços da sua moral definitiva. O que se pode dizer é que, em relação à natureza moral do homem, Deus é supremo, pois criou o mundo infinito, indefinido de extensão, criador isolável que não se revela “metafisicamente”. Isso prova que a condição humana é modesta e

que o antropocentrismo é pura presunção, na medida em que o ser humano é apenas amigo de Deus no Ato da Criação.

Todavia, nos escritos cartesianos, aparecem esporadicamente poucas marcas de sentenças que se denomina moral provisória, isso porque há razões que indicam não ser prioridade para Descartes escrever com maior desenvoltura o tema da moral, ao qual lhe coube, por necessidade das circunstâncias, apontar alguns indicativos e tomá-los por moral no sentido costumeiro, ou seja, tradicional do termo. Mais tarde, ela foi rotulada por Descartes, e seus estudiosos iniciaram a chamar suas anotações, suas regras de moral provisória. Consta, em sua obra, com destaque para a terceira parte do "Discurso do Método" em todo o livro *As Paixões da Alma* que eram correspondências de políticos e intelectuais da época apontamentos nos quais Descartes é mais preciso ao enfatizar a sua moral provisória.

Referências

ALQUIÉ, Ferdinand. **Galileu, Descartes e o mecanismo**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1987.

_____. *Significação da filosofia*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de (Orgs.). **MAIAKÓVSKI: POEMAS**. Tradução Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

DESCARTES, René. Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. In: **Os pensadores** [Coleção]. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DRUMMOND, Carlos. Exorcismo. In: _____. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1979.

KOSELLER, Reinhart. **Crítica e Crise**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 256 p. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0043.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

TEIXEIRA, Lívio. **Ensaio sobre a moral de Descartes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão da Sexagésima**. Erechim: Edelbra, 1998.